



SuperVia Concessionária de Transporte Ferroviário S.A.

Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas
acompanhadas do Relatório do Auditor Independente

Em 31 de dezembro de 2018



Grant Thornton

Índice

	Página
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas	3
Demonstrações contábeis individuais e consolidadas	7
Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017	12



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Grant Thornton Auditores Independentes
Rua Voluntários da Pátria, 89 – 5º andar
Botafogo
Rio de Janeiro | RJ | Brasil
T +55 21 3512-4100
www.grantthornton.com.br

Aos:

Acionistas, Conselheiros e Administradores da

SuperVia Concessionária de Transporte Ferroviário S.A. Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da SuperVia Concessionária de Transporte Ferroviário S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da SuperVia Concessionária de Transporte Ferroviário

S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase – Operação Lava-Jato

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1 às demonstrações contábeis, desde 2014 encontram-se em andamento investigações e outras medidas legais conduzidas pela Justiça Federal e pelo Ministério Público Federal, no contexto da chamada Operação “Lava Jato”, que tem por objeto, principalmente, práticas relacionadas à corrupção e lavagem de dinheiro, e que envolvem empresas e executivos do Grupo Odebrecht, do qual a Companhia faz parte. Ainda conforme referida Nota Explicativa nº 1, no contexto dessas investigações, o ex-Diretor Presidente da Companhia, atualmente destituído do cargo, foi conduzido coercitivamente para prestar esclarecimentos à Polícia Federal do Brasil, tendo sido liberado imediatamente.

Até o presente momento, ainda não há como determinar se a Companhia e suas controladas serão afetadas pelos resultados das referidas investigações e por quaisquer de seus desdobramentos e suas consequências futuras. As demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia não incluem quaisquer efeitos que possam advir desses assuntos. Nossa opinião não está modificada em relação a esse assunto.

Ênfase –Reequilíbrio econômico financeiro extraordinário do contrato de concessão

Chamamos atenção ao assunto descrito na Nota Explicativa nº1 as demonstrações contábeis, a respeito do processo judicial movido pela Companhia contra o Governo do Estado do Rio de Janeiro visando o reequilíbrio econômico financeiro, em caráter extraordinário, do contrato de concessão em virtude do aumento excessivo das tarifas de energia elétrica. Encontra-se registrado no ativo não circulante na rubrica “Contas a receber”, o montante de R\$ 172,9 milhões (R\$ 86,9 milhões em 31 de dezembro de 2017) correspondente ao valor da parcela do desequilíbrio econômico financeiro da conta de energia elétrica do período iniciado em dezembro de 2015 a dezembro de 2018, cuja obrigação de ressarcimento/pagamento deve ser atribuída ao Governo do Estado do Rio de Janeiro. Esse desequilíbrio é derivado do aumento de tarifas acima da inflação decorrente de políticas de regulação de preços mínimos realizadas em anos anteriores e da implantação do sistema de bandeiras tarifárias aprovadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL em 2014, onde o preço unitário da tarifa não previa tal diferenciação no consumo de energia, sendo que a Companhia ingressou com medida judicial visando o ressarcimento e recomposição da margem do contrato de concessão. Os assessores jurídicos da Companhia avaliam a chance de perda como “remota”. Contudo, o recebimento dos recursos está vinculado às negociações entre a Companhia e o Governo do Estado do Rio de Janeiro mediante negociação entre as partes e/ou decisão judicial do processo que tramita na Vara de Fazenda Pública. Nossa opinião não está modificada em relação a esse assunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.



Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e sua controlada ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e sua controlada são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

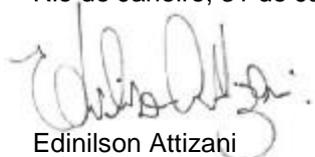
Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e sua controlada.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e sua controlada. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 31 de Janeiro de 2019.



Edinilson Attizani
CRC 1SP293.919/O-7 "S" RJ

Grant Thornton Auditores Independentes
CRC 2SP-025.583/O-1 "S" RJ

SuperVia Concessionária de Transporte Ferroviário S.A.

Balço Patrimonial Em milhares de reais

Ativo	Controladora		Consolidado		Passivo e patrimônio líquido	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017		2018	2017	2018	2017
Circulante					Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	126	27	283	518	Fornecedores (Nota 10)	87.155	75.609	87.216	75.742
Contas a receber (Nota 7)	103.692	92.593	107.548	99.360	Empréstimos e financiamentos (Nota 12)	115.679	86.926	115.679	86.926
Estoques	10.785	12.543	10.785	12.543	Salários e encargos sociais	24.909	25.685	24.909	25.685
Sociedades ligadas (Nota 21)	141.794	135.750	110.459	104.478	Parcelamentos (Nota 13)	60.500	17.700	60.500	17.700
Outros ativos	11.834	11.232	12.242	11.586	Concessão a pagar (Nota 11)	4.810	3.572	4.810	3.572
					Sociedades ligadas (Nota 21)	224.110	-	224.110	-
					Outros passivos (Nota 22)	22.304	22.934	22.327	23.022
	<u>268.231</u>	<u>252.145</u>	<u>241.317</u>	<u>228.485</u>		<u>539.467</u>	<u>232.426</u>	<u>539.551</u>	<u>232.647</u>
Ativos não circulantes mantidos para venda (Nota 2.10)	3.799	4.582	28.930	29.712					
	<u>272.030</u>	<u>256.727</u>	<u>270.247</u>	<u>258.197</u>	Não circulante				
Não Circulante					Fornecedores (Nota 10)	-	86.855	-	86.855
Contas a receber (Nota 7)	236.001	141.115	236.001	141.115	Empréstimos e financiamentos (Nota 12)	1.194.708	1.257.054	1.194.708	1.257.054
Tributos diferidos (Nota 14)	70.593	85.282	70.593	85.282	Parcelamentos (Nota 13)	115.774	8.306	115.774	8.306
Depósitos compulsórios e judiciais (Nota 16)	17.592	27.110	17.637	27.153	Concessão a pagar (Nota 11)	16.075	18.878	16.075	18.878
					Provisão para contingências (Nota 16)	21.210	25.366	21.210	25.366
	324.186	253.507	324.231	253.550	Sociedades ligadas (Nota 21)	63.467	252.782	63.467	252.782
					Passivo a descoberto em Controlada (Nota 8)	1.477	-	-	-
					Outros passivos (Nota 22)	37.213	140	37.213	140
						<u>1.449.924</u>	<u>1.649.381</u>	<u>1.448.447</u>	<u>1.649.381</u>
Investimentos (Nota 8)	-	1.763	-	-	Patrimônio líquido				
Intangível (Nota 9)	1.621.506	1.572.561	1.621.851	1.573.032	Capital social integralizado (Nota 15)	359.300	359.300	359.300	359.300
	<u>1.945.692</u>	<u>1.827.831</u>	<u>1.946.082</u>	<u>1.826.582</u>	Reserva de capital	11	11	11	11
					Prejuízos acumulados	(130.980)	(156.560)	(130.980)	(156.560)
						<u>228.331</u>	<u>202.751</u>	<u>228.331</u>	<u>202.751</u>
Total do ativo	<u>2.217.722</u>	<u>2.084.558</u>	<u>2.216.329</u>	<u>2.084.779</u>	Total do passivo e patrimônio líquido	<u>2.217.722</u>	<u>2.084.558</u>	<u>2.216.329</u>	<u>2.084.779</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

SuperVia Concessionária de Transporte Ferroviário S.A.

Demonstração do resultado – Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Operações				
Receitas (Nota 17)	743.803	741.003	750.892	752.932
Custos dos serviços prestados (Nota 18)	(385.372)	(386.436)	(390.448)	(392.726)
Custo de construção	(103.641)	(97.930)	(103.641)	(97.930)
Lucro bruto	254.790	256.637	256.803	262.276
Despesas com vendas	(2.800)	(2.586)	(2.800)	(2.586)
Despesas gerais e administrativas (Nota 19)	(94.463)	(67.806)	(97.278)	(72.632)
Outras receitas/despesas, líquidas	8.923	(3.623)	6.533	(5.140)
Resultado de equivalência patrimonial (Nota 8)	(3.240)	(592)	-	-
Lucro operacional	163.210	182.030	163.258	181.918
Receitas financeiras (Nota 20)	13.150	10.794	13.153	11.459
Despesas financeiras (Nota 20)	(136.091)	(145.671)	(136.142)	(146.066)
Resultado financeiro	(122.941)	(134.877)	(122.989)	(134.607)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	40.269	47.153	40.269	47.311
Imposto de renda e contribuição social (Nota 14)				
Corrente	-	-	-	(158)
Diferidos	(14.689)	(18.948)	(14.689)	(18.948)
Lucro líquido do exercício	25.580	28.205	25.580	28.205
Lucro por ação atribuível aos acionistas da Companhia durante o exercício (expresso em R\$ por ação)	0,6745	0,7613		

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

SuperVia Concessionária de Transporte Ferroviário S.A.

Demonstração do resultado abrangente – Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2018</u>	<u>2017</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Lucro líquido do exercício	25.580	28.205	25.580	28.205
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	<u>25.580</u>	<u>28.205</u>	<u>25.580</u>	<u>28.205</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

SuperVia Concessionária de Transporte Ferroviário S.A.

Demonstração das mutações no patrimônio líquido – Exercício findo em 31 de dezembro Em milhares de reais

	Capital social	Capital a integralizar	Reserva de capital	Prejuízos acumulados	Total
Em 01 de janeiro de 2017	379.240	(19.940)	11	(184.765)	174.546
Lucro líquido do exercício	-	-	-	28.205	28.205
Em 31 de dezembro de 2017	379.240	(19.940)	11	(156.560)	202.751
Lucro líquido do exercício	-	-	-	25.580	25.580
Em 31 de dezembro de 2018	<u>379.240</u>	<u>(19.940)</u>	<u>11</u>	<u>(130.980)</u>	<u>228.331</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

SuperVia Concessionária de Transporte Ferroviário S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa – Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	40.269	47.153	40.269	47.311
Ajustes				
Amortização	54.347	64.489	54.473	64.617
Despesas financeiras	122.941	134.877	122.988	134.607
Provisão (reversão) para contingências	19.764	1.919	19.764	1.919
Equivalência patrimonial	3.240	592	-	-
Prejuízo na baixa de intangível	9	2	9	2
	<u>200.301</u>	<u>201.879</u>	<u>197.234</u>	<u>201.145</u>
Variação nos ativos e passivos				
Estoques	1.758	3.823	1.758	3.823
Contas a receber de clientes	(106.453)	(112.786)	(103.541)	(111.208)
Outros recebíveis	21.552	(6.224)	21.496	(5.764)
Fornecedores	66.836	58.906	67.455	65.386
Outras obrigações	6.781	(20.307)	6.039	(22.378)
	<u>(9.526)</u>	<u>(76.588)</u>	<u>(6.793)</u>	<u>(70.141)</u>
Caixa gerado pelas operações	231.044	172.444	230.710	178.315
Juros pagos	(108.757)	(115.913)	(108.757)	(118.852)
Impostos de renda e contribuição social pagos	-	-	-	(137)
	<u>122.287</u>	<u>56.531</u>	<u>121.953</u>	<u>59.326</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimentos				
Adições do ativo intangível	(64.695)	(55.524)	(64.695)	(55.524)
Caixa líquido (aplicado nas) atividades de investimento	<u>(64.695)</u>	<u>(55.524)</u>	<u>(64.695)</u>	<u>(55.524)</u>
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos				
Obtenção de empréstimos	1.840	-	1.840	-
Pagamentos de empréstimos	(62.015)	(53.860)	(62.015)	(56.887)
Obtenção de recursos de sociedades ligadas (Nota 21 (ii e iv))	2.682	50.307	2.682	50.307
Caixa líquido (aplicado nas) nas atividades de financiamento	<u>(57.493)</u>	<u>(3.553)</u>	<u>(57.493)</u>	<u>(6.580)</u>
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa, líquidos	99	(2.546)	(235)	(2.778)
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	27	2.573	518	3.296
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	<u>126</u>	<u>27</u>	<u>283</u>	<u>518</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

SuperVia Concessionária de Transporte Ferroviário S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Informações gerais

A SuperVia Concessionária de Transporte Ferroviário S.A. ("Companhia" "Concessionária" ou "SuperVia") é uma empresa nacional, constituída em 2 de setembro de 1998, detentora de direitos e obrigações decorrentes da concessão para a prestação de serviços de transporte ferroviário de passageiros na região metropolitana do Rio de Janeiro e para execução dos investimentos contemplados no Contrato de Concessão e aditamentos posteriores ("Contrato"), no que lhe foi outorgado, em caráter exclusivo, pelo prazo inicial de 25 anos, renovável por igual período. As operações da Companhia foram iniciadas em 1º de novembro de 1998 e abrangem cinco grandes linhas ferroviárias metropolitanas e 270 quilômetros de vias permanentes.

A sede social da Companhia está localizada na Rua da América, 210 - Santo Cristo - Rio de Janeiro - RJ.

As atividades da Companhia, tanto em termos de qualidade do serviço, como de fixação tarifária, estão sujeitas ao controle da Agência Reguladora de Serviços Públicos Concedidos de Transportes Aquaviários, Ferroviários e Metroviários e de Rodovias do Estado do Rio de Janeiro (AGETRANSP), com exceção das eventuais iniciativas comerciais que forem realizadas nos imóveis abrangidos pela concessão.

Em 28 de junho de 2007, foi assinado o aditamento nº VI ao Contrato de Concessão, estabelecendo mudanças nas obrigações de natureza civil e trabalhista. Estas mudanças referem-se principalmente à obrigação do Estado do Rio de Janeiro no ressarcimento de valores liquidados pela Companhia relativos aos processos que envolvam sucessão.

Em 29 de novembro de 2010, foi assinado o Oitavo Termo Aditivo ao Contrato de Concessão para a exploração dos serviços públicos de transporte ferroviário de passageiros, que prorrogou o prazo de Concessão, até o dia 31 de outubro de 2048.

Preço da Concessão - O preço total da outorga da Concessão objeto do aditivo, entendido como o valor devido em decorrência de sua prorrogação pelo prazo de 25 anos é de R\$1.240.990 (um bilhão duzentos e quarenta milhões e novecentos e noventa mil reais), cuja composição está apresentada nos Anexos I e II do aditivo nº VIII do Contrato de Concessão, que sucintamente cita:

- O preço da outorga é pago pela Concessionária por meio de dação em pagamento através da realização de investimentos, tais como aquisição de trens, revitalização de via permanente, aquisição de novo sistema de sinalização, etc. Estes investimentos gerarão novas receitas para a Companhia. Sendo certo que estes investimentos, além de atender ao interesse público primário, desonera o Estado da obrigação de realizar tais investimentos no sistema.
- Os investimentos pagos ao Estado são realizados sem majoração da tarifa em vigor e tampouco considerados para efeito de revisão tarifária.

Bens reversíveis - São considerados bens reversíveis, para os fins do aditivo e do Contrato, todos os bens destinados e vinculados à prestação dos serviços objeto da concessão, independentemente de serem propriedade da Flumitrens, Central, Estado ou da Concessionária, a qualquer tempo.

Sucessão - O Estado, em cumprimento à cláusula 24 do Contrato de Concessão, consolidada na cláusula 22 do Oitavo Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, reconhece que os fatos havidos em data anterior à tomada de posse não serão de responsabilidade da Concessionária.

SuperVia Concessionária de Transporte Ferroviário S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Demais aditivos ao Contrato de Concessão

Em 25 de agosto de 2014, foi assinado o Nono Termo Aditivo ao Contrato de Concessão para a exploração dos serviços públicos de transporte ferroviário de passageiros, tendo como objeto a permuta de investimentos previstos no Oitavo termo Aditivo, no valor de R\$ 250.000 (duzentos e cinquenta milhões de reais), onde a Companhia deixa de adquirir 10 novos trens e reformar 41 trens antigos e se compromete a reformar seis estações ferroviárias estratégicas para a realização dos Jogos Olímpicos, promovido pelo Comitê Olímpico Internacional (COI) que foi realizado na Cidade do Rio de Janeiro no ano de 2016, em troca do compromisso do Estado do Rio de Janeiro em adquirir 22 novos trens. As estações ferroviárias foram as de São Cristóvão, Deodoro, Magalhães Bastos, Vila Militar, Ricardo de Albuquerque e Engenho de Dentro.

Em 2015, o Governo do Estado do Rio de Janeiro em cumprimento a obrigação estabelecida no Nono Termo aditivo ao Contrato de Concessão, exerceu o direito estabelecido em contrato com o consórcio chinês liderado pela China National Machinery Import & Export Corp para a compra de mais 10 (dez) trens, que foram entregues pelo Estado em 2016. Também em cumprimento a obrigação estabelecida no Nono Termo aditivo ao Contrato de Concessão o Governo do Estado do Rio de Janeiro licitou a compra de 12 (doze) trens. O vencedor foi a Alstom Brasil Energia e Transportes S.A, o Estado do Rio de Janeiro entregou todos os trens à Concessionária no ano de 2018.

Em 21 de dezembro de 2017, foi assinado o Décimo Termo Aditivo ao Contrato de Concessão para a exploração dos serviços públicos de transporte ferroviário de passageiros, tendo como objeto permitir a realização de investimentos feitos pela Companhia ou sua controlada ou terceiro contratado por esta na exploração continua de fontes de receitas alternativas, acessórias ou de projetos associados, inclusive decorrente de exploração de centro de compras, serviço de lazer na configuração administrativa autônoma de shopping center ou empreendimento imobiliário nos bens reversíveis de demais áreas integrantes da Concessão. Este aditivo dá segurança jurídica a investimentos realizados por terceiros, que poderão explorar as receitas acessórias até o prazo final da Concessão.

Reajuste de tarifas - As tarifas são reajustadas anualmente, com base na variação do IGP-M publicado pela FGV ocorrida no período de 12 meses imediatamente anteriores, calculado no mês de novembro de cada ano.

A tarifa será objeto de revisão ordinária que independentemente do reajuste tarifário previsto no item anterior e ocorrerá a cada 5 anos ou extraordinária. A revisão extraordinária dar-se-á a qualquer momento na ocorrência de circunstâncias que altere o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

Em 02 de fevereiro de 2018, através da deliberação AGETRANSP n.º 1006, considerando o cálculo baseado na variação do IGP-M apurada no período anterior, conforme estabelecido no mecanismo de reajuste anual ordinário, foi mantida a tarifa de R\$ 4,20. Em 02 de fevereiro de 2019, através da deliberação AGETRANSP n.º 1056 será reajustada a tarifa para R\$ 4,60, decorrente do reajuste anual ordinário, calculado com base na variação do IGP-M do período anterior.

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia, Controladora e Consolidado, apresentou excesso de passivo circulante sobre o ativo circulante no montante de R\$ 271.236 e R\$ 298.324, respectivamente (31 de dezembro de 2017, R\$ 4.162 no Consolidado). A principal obrigação de curto prazo da Companhia é com seus Controladores R\$ 224.110 (Nota 21(iv)) e para as demais obrigações a Companhia tem a expectativa de que o caixa gerado pelas operações do ano de 2019 seja suficiente para cobrir este capital circulante líquido negativo.

SuperVia Concessionária de Transporte Ferroviário S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Desequilíbrio extraordinário do Contrato de Concessão

Em 2014, a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL autorizou aumentos extraordinários na tarifa de energia elétrica bem como a instituição das chamadas “Bandeiras Tarifárias”. Tal aumento extraordinário na tarifa de energia desencadeou o desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão por ser a energia elétrica um dos principais insumos na operação do sistema de transporte ferroviário. Em 28 de novembro de 2014, conforme disposto na cláusula sétima, B, parágrafo 13, do Contrato de Concessão, a Companhia ingressou junto AGETRANSP com pedido de revisão extraordinária do Contrato de Concessão. Em junho de 2015, através da Deliberação 678/2015 a AGETRANSP reconheceu o direito da Companhia e recomendou que o Poder Concedente adotasse medidas compensatórias para reequilibrar a Companhia.

Em 28 de dezembro de 2015, o Governo do Estado do Rio de Janeiro – (“ERJ”), editou o Decreto lei nº 7.173/2015 que “Dispõe sobre o resgate, pelo Estado do Rio de Janeiro, de obrigações da Supervia – Concessionária de Transporte Ferroviário S.A. oriundas do fornecimento de energia elétrica e autoriza sua compensação com créditos tributários já constituídos ou que venham a ser constituídos contra a Light S.E.S.A.”. Dessa forma, o montante da dívida da Companhia, até o mês de novembro de 2015, no valor de R\$ 39 milhões decorrente das faturas de energia elétrica pagas parcialmente, foi liquidado pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro perante o concessionário de energia.

Em 17 de novembro de 2016, a Companhia decidiu por ingressar com ação na 16ª Vara de Fazenda Pública, através do processo 0394553-02.2016.8.19.0001, com o objetivo de demandar o ERJ quanto a solução para o reequilíbrio extraordinário do Contrato de Concessão, processo no qual a Light foi incluída no polo passivo da ação, uma vez que a partir de janeiro de 2017 a Companhia vem realizando o pagamento parcial das faturas de energia elétrica, com base nos critérios estabelecidos pela nota técnica nº 18, de 21 de dezembro de 2015, emitida pela AGETRANSP a fim de determinar a parcela devida pela Companhia e a parcela de responsabilidade do ERJ.

Em 03 de maio de 2017, a 16ª Vara de Fazenda Pública reconheceu que há um desequilíbrio econômico financeiro no contrato de concessão, contudo, negou liminar com antecipação de tutela para que o ERJ assumisse o valor a pagar para a concessionária de energia elétrica, pois o ERJ encontrava-se em crise financeira e não vem conseguindo honrar em dia seus compromissos com o funcionalismo público. Na visão do judiciário, faz necessário analisar a fundo tal questão, sendo prudente o diálogo entre todos os envolvidos.

Em 29 de setembro de 2017, a 16ª Vara de Fazenda Pública intimou a AGETRANSP pelo Ofício 131/2017/OF a se pronunciar no sentido de que fosse informado se as revisões extraordinária e ordinária do contrato de concessão celebrado entre a SUPERVIA e o ERJ, foram efetivas no sentido de estabelecer o equilíbrio econômico-financeiro do mesmo. Em 30 de outubro de 2017, a AGETRANSP emitiu o OF. AGETRANSP/PGA nº 038/17, onde informou que o equilíbrio do contrato foi efetivado até novembro de 2015. A Administração da Companhia entende que esse ofício reforça o entendimento que o ERJ é o devedor da diferença da fatura emitida pelo concessionário de energia elétrica, cujo montante em desequilíbrio até a data base 31 de dezembro de 2018 é de 172.924 (R\$ 86.855 em 2017) (Nota 7) reconhecidos nas demonstrações contábeis na rubrica “Contas a receber” no Ativo não circulante.

Em 01 de agosto de 2018, após a celebração do Termo de Quitação e Outras Avenças celebrado com a Light, a SuperVia solicitou a exclusão da Light do polo passivo do processo nº. 0394553-02.2016.8.19.0001.

SuperVia Concessionária de Transporte Ferroviário S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

4ª Vara Empresarial – Pedido de falência movido pela Light contra a Companhia

Em 19 de dezembro de 2016, a Light ingressou com pedido de falência contra a SuperVia através do processo 0434451-22.2016.8.19.0001, alegando a insolvência da Companhia pelo não pagamento de parte das faturas de energia elétrica relativas ao segundo semestre de 2016, as quais já eram objeto de discussão no processo 0394553-02.2016.8.19.0001 que tramita na 16ª Vara de Fazenda acima descrito.

Em 30 de julho de 2018, a SuperVia celebrou acordo Termo de Quitação e Outras Avenças com a Light Serviços de Energia S.A., homologado judicialmente (Nota 13(c)). A celebração do referido acordo (1) permitirá a migração da Companhia para o Ambiente de Contratação Livre (ACL), solucionando de forma definitiva a situação de desequilíbrio no Contrato de Concessão no que tange aos aumentos extraordinários na tarifa de energia elétrica, e (2) fez com que a Light desistisse do recurso interposto no requerimento de falência e de todas as execuções ajuizadas contra a SuperVia. O acordo celebrado entre a Light e a SuperVia, acima descrito, não renuncia, sob qualquer aspecto, ao direito pleiteado pela SuperVia na ação que tramita na 16ª Vara de Fazenda, referente ao desequilíbrio econômico financeiro do Contrato de Concessão por valores que cabem ser liquidados pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro.

Investigações e medidas judiciais em andamento

Como é de conhecimento público, desde 2014 encontram-se em andamento investigações e outros procedimentos legais conduzidos pelo Ministério Público Federal e outras autoridades públicas, no contexto da chamada “Operação Lava Jato”, que investiga, principalmente, práticas relacionadas a corrupção e lavagem de dinheiro, e que envolvem empresas, ex-executivos e executivos do Grupo Odebrecht, acionista indireto, da Companhia.

Apesar do seu acionista indireto ter se comprometido com um acordo de leniência, e estar prestando todos os esclarecimentos necessários, a Companhia não foi notificada a respeito de ser objeto de qualquer investigação promovida por órgãos reguladores internos ou organismos internacionais contra a Companhia ou seus executivos relacionada à Operação Lava Jato, bem como não sofreu busca e apreensão em seus estabelecimentos bem como sequer foi alvo de menções e não teve nenhum executivo mencionado, indiciado, denunciado ou tampouco condenado até o momento. Considerando que as investigações ainda estão em andamento, não há como determinar se a Companhia será afetada pelos resultados do referido Acordo e por quaisquer de seus desdobramentos e suas consequências futuras.

A emissão dessas demonstrações contábeis consolidadas da SuperVia foi autorizada pela Administração em 31 de janeiro de 2019.

2 Apresentação das demonstrações contábeis e práticas contábeis adotadas

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

SuperVia Concessionária de Transporte Ferroviário S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.1 Base de preparação

As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor dos ativos e passivos, que é ajustado para refletir a mensuração do valor justo em determinados ativos e passivos financeiro.

A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia e de sua controlada no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, estão divulgadas na Nota 3.

(a) Demonstrações contábeis individuais e consolidadas

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

(b) Moeda funcional de apresentação

As demonstrações contábeis da Companhia são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação. O arredondamento é realizado somente após a totalização dos valores. Desta forma, os valores em milhares apresentados quando somados podem não coincidir com os respectivos totais já arredondados.

2.2 Consolidação

As demonstrações contábeis consolidadas incluem as demonstrações contábeis da SuperVia Concessionária de Transporte Ferroviário S.A. (controladora) e sua controlada SC Empreendimentos e Participações S.A. (anteriormente denominada SuperVia Comercial S.A.).

Nas demonstrações contábeis consolidadas foram eliminados os investimentos na proporção da participação da Companhia no patrimônio líquido e nos resultados das controladas, os saldos ativos, passivos, as receitas e as despesas entre as empresas.

Nas demonstrações contábeis individuais, o investimento nas controladas é ajustado pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações contábeis individuais, quanto nas demonstrações contábeis consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da controladora.

2.3 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses, ou menos e com risco insignificante de mudança de valor.

SuperVia Concessionária de Transporte Ferroviário S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.4 Ativos financeiros

2.4.1 Classificação

A Companhia e sua controlada classificam todos ativos sob a categoria de empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia e de sua controlada compreendem "Contas a receber de clientes", "Sociedades ligadas", "Depósitos compulsórios e judiciais" e "Caixa e equivalentes de caixa" (Nota 6).

2.4.2 Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia e sua controlada se comprometem a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado e, subsequentemente, são mensurados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

2.4.3 Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia avalia, nas datas do balanço, se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro não é recuperável. Um ativo financeiro é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo ("um evento de perda" incorrido) e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro que possa ser razoavelmente estimado. Evidência de perda por redução ao valor recuperável pode incluir indicadores de que as partes tomadoras do empréstimo estão passando por um momento de dificuldade financeira relevante.

2.5 Passivos financeiros

2.5.1 Classificação, reconhecimento inicial e mensuração passivos financeiros

A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial. Os passivos financeiros da Companhia incluem empréstimos e financiamentos, debêntures, fornecedores, concessões a pagar e sociedades ligadas. A mensuração dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

2.5.2 Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado (opção de valor justo no reconhecimento inicial).

SuperVia Concessionária de Transporte Ferroviário S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.5.3 Empréstimos e financiamentos

Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados pelo custo amortizado, utilizando-se o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

2.5.4 Debêntures

As debêntures emitidas pela Companhia estão contabilizadas a valor de custo, atualizados monetariamente de acordo com o método de taxa efetiva, acrescidos de variações monetárias, conforme variação do IPCA + 7,5% ao ano.

2.6 Contas a receber

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de usuários e poder concedente pela prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia e sua controlada. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos (ou outro que atenda o ciclo normal da Companhia), as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de usuários são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para perdas de crédito esperadas ("PCLD").

2.7 Estoques

Os estoques contemplam os materiais destinados à operação e manutenção dos sistemas e são avaliados ao custo médio de aquisição, inferior ao custo de reposição ou ao valor de realização, sendo classificados no ativo circulante, pois são utilizados em menos de 12 meses.

2.8 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos corrente e diferido.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações contábeis. O imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados, usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado, ou quando o imposto diferido passivo for liquidado.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias desde que seja provável que a diferença temporária não será revertida em um futuro previsível.

SuperVia Concessionária de Transporte Ferroviário S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os impostos diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os impostos diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade tributária ou diferentes entidades tributáveis onde há intenção de liquidar os saldos numa base líquida.

2.9 Depósitos judiciais

Existem situações em que a Companhia questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações movidas contra si. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo. Nessas situações, não havendo a possibilidade de resgate dos depósitos, a menos que ocorra desfecho favorável da questão para a Companhia, esses depósitos são atualizados monetariamente (Nota 16).

2.10 Ativos não circulantes mantidos para venda

Os ativos não circulantes da Companhia referem-se a terrenos localizados no Estado do Rio de Janeiro e são classificados como ativos mantidos para venda. A Companhia entende que seu valor contábil é recuperável e estão contabilizados pelo valor de custo de aquisição. Esses terrenos encontram-se em processo de venda e a Administração da Companhia estima que a conclusão da negociação ocorra em 2019. Uma vez classificados com bens disponíveis para venda, os ativos não são amortizados.

2.11 Ativos intangíveis

(a) Ativos intangíveis decorrentes dos contratos de concessão

Os ativos intangíveis constituídos em decorrência dos contratos de concessão são registrados em atendimento à Interpretação Técnica ICPC 01 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“ICPC 01”) e à Orientação OCPC 05 desse mesmo Comitê (“OCPC 05”), correlacionadas à norma interpretativa internacional IFRIC 12 - Contrato de Concessão.

Os ativos intangíveis são registrados com base no valor justo dos investimentos efetuados pela Companhia na aquisição, melhoria e formação da infraestrutura, e são reconhecidos a partir da data em que se encontram disponíveis para serem utilizados nas operações da Companhia e, até este momento, os investimentos realizados são classificados como intangível em construção.

A amortização do ativo intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia e sua controlada, em função da curva de demanda de passageiros. Informações adicionais sobre a contabilização de ativos intangíveis decorrentes dos contratos de concessão são apresentadas na Nota 9.

(b) Direitos de outorga da concessão

O direito de explorar a concessão, oriundo do contrato cujo prazo inicial de vigência encerrava-se no dia 31 de outubro de 2023, foi reconhecido na rubrica "Outorga da concessão", no ativo intangível. As respectivas obrigações relacionadas aos pagamentos futuros estão registradas no passivo circulante e não circulante (Nota 11).

A amortização do direito de outorga da concessão é calculada linearmente com base no prazo da concessão.

SuperVia Concessionária de Transporte Ferroviário S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O direito de outorga decorrente do oitavo aditivo contratual, conforme referido na Nota 1, que prorrogou o Contrato para 31 de outubro de 2048, no qual o preço da outorga é pago pela Companhia por meio de dação em pagamento através da realização de investimentos ao longo do prazo previsto no aditivo, é tratado como contrato de execução, e, desta forma, reconhecido no ativo intangível à medida que os investimentos são efetuados (Nota 9).

(c) Softwares

As licenças de *software* adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os *softwares* e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável de até 5 anos.

(d) Arrendamento mercantil

Os arrendamentos mercantis nos quais a Companhia fica substancialmente com todos os riscos e benefícios de propriedade são classificados como arrendamento financeiro. Os arrendamentos financeiros são registrados como se fosse uma compra financiada, reconhecendo, no seu início, um ativo intangível e um passivo de financiamento (arrendamento). O intangível adquirido nos arrendamentos financeiros é amortizado pelas taxas definidas na Nota 9.

Os arrendamentos mercantis nos quais uma parte significativa dos riscos e benefícios de propriedade ficam com o arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos feitos para os arrendamentos operacionais (líquidos de todo incentivo recebido do arrendador) são apropriados ao resultado pelo método linear ao longo do período do arrendamento.

2.12 Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

As mesmas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

2.13 Provisões

As provisões para ações judiciais (trabalhistas, cíveis e tributárias) são reconhecidas quando: a Companhia e sua controlada têm uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação.

SuperVia Concessionária de Transporte Ferroviário S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.14 Benefícios a empregados

(a) Obrigações de aposentadorias

A Companhia e sua controlada oferece aos empregados um plano de previdência privada, estruturado na modalidade de contribuição definida, cujo objetivo é proporcionar a acumulação de recursos que poderão ser transformados em renda mensal, com o intuito de complementar o benefício oferecido pela Previdência Social. O plano possui contribuições voluntárias dos participantes, via desconto em folha de pagamento, e também contribuições da Companhia cuja contabilização é registrada no resultado no grupo de despesas com pessoal em contrapartida no passivo circulante. A Companhia não tem nenhuma obrigação adicional de pagamento depois que a contribuição é efetuada.

(b) Participação nos lucros

A Companhia e sua controlada reconhecem um passivo e uma despesa de participação nos lucros com base em regime de competência, de acordo com a política de remuneração da Companhia. No exercício de 2018 a despesa reconhecida para esta rubrica foi de R\$ 11.220.

2.15 Reconhecimento da receita

A Companhia e sua controlada reconhecem as receitas quando os valores podem ser mensurados com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para as entidades e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia e sua controlada, conforme descrição a seguir. A Companhia e sua controlada baseiam suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada prestação de serviço.

(a) Receitas de serviços

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia e sua controlada. A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos.

(b) Receitas de construção

Receita de construção é reconhecida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber referente aos investimentos realizados, representados principalmente pela aquisição de ativos e serviços, para a realização de melhorias na infraestrutura do sistema ferroviário (Nota 17 (a)). A receita de construção é determinada e reconhecida segundo o método de custo acrescido de margem, que é próxima à zero, pois não há operação nos ativos enquanto estão sendo construídos.

(c) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros.

SuperVia Concessionária de Transporte Ferroviário S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.16 Normas novas que ainda não estão em vigor

O International Accounting Standards Board (IASB) emitiu o IFRS 16 – “Operações de Arrendamento mercantil, mas que ainda não está em vigor para o exercício de 2018. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC). Com essa nova norma, os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. O IFRS 16 entra em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019 e substitui o IAS 17 – “Operações de Arrendamento Mercantil” e correspondentes interpretações. A Administração está avaliando os impactos de sua adoção para o exercício de 2019.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC relevantes que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Companhia.

3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Companhia e sua controlada fazem estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais.

As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o exercício social corrente, estão contempladas a seguir.

(a) Perda (*Impairment*) estimada de ativos financeiros e não financeiros

A Companhia verifica se há evidência objetiva de que o ativo ou o grupo de ativos está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas de *impairment* são reconhecidas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro e não financeiros ou grupo de ativos financeiros e não financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, não foram identificadas pela administração, evidências objetivas que pudessem justificar o registro de perdas de *impairment*, tanto para os ativos financeiros quanto para os não financeiros.

(b) Imposto de renda, contribuição social e outros impostos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações contábeis e sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social. As alíquotas desses tributos são definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

SuperVia Concessionária de Transporte Ferroviário S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Provisões para contingências e depósitos judiciais

A Companhia estima e atualiza as provisões para as perdas prováveis decorrentes desses processos, com base no histórico de desfechos em seus processos e em taxa média de êxito calculada em conjunto e com amparo da opinião de seus consultores legais externos.

A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis e tributários. Esses processos, quando aplicáveis, são amparados por depósitos judiciais.

(d) Determinação da amortização dos ativos intangíveis

A Companhia reconhece o efeito de amortização dos ativos intangíveis decorrente dos contratos de concessão através da projeção de curva de passageiros, limitado ao prazo final da respectiva concessão. A administração reconhece que este método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Assim, a taxa de amortização é determinada através de estudos econômicos que buscam refletir o crescimento projetado da demanda e geração dos benefícios econômicos futuros oriundos do contrato de concessão.

4 Gestão de risco financeiro

4.1 Fatores de risco financeiro

(a) Considerações gerais

A Companhia participa em operações envolvendo instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidade, contas a receber, contas a pagar e fornecedores e empréstimos e financiamentos.

Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis se aproximam dos valores justos.

(b) Caixa e bancos, contas a receber, outros ativos circulantes e contas a pagar

Os valores contabilizados aproximam-se dos de realização.

(c) Investimento

Consiste em investimento em controladas de capital fechado, avaliado pelo método de equivalência patrimonial.

(d) Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos têm suas taxas substancialmente atreladas à variação da TJLP, IPCA e CDI e os valores contábeis aproximam-se do valor de mercado.

(e) Política de gestão de riscos financeiros

A Companhia segue política de gerenciamento de risco, que orienta em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros é regularmente monitorada e gerenciada a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa.

SuperVia Concessionária de Transporte Ferroviário S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A política de gerenciamento de risco da Companhia foi estabelecida pela diretoria. Nos termos dessa política, os riscos de mercado são protegidos quando é considerado necessário suportar a estratégia corporativa ou quando é necessário manter o nível de flexibilidade financeira.

A Diretoria Financeira é responsável por examinar e revisar informações relacionadas com o gerenciamento de risco, incluindo políticas significativas, procedimentos e práticas aplicadas no gerenciamento de risco.

(f) Risco de liquidez

É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Pela natureza de operação da Companhia, os recursos arrecadados com as vendas decorrem do volume de passageiros transportado por mês e cobrem os pagamentos em prazo médio de aproximadamente 30 dias.

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixa de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

	Consolidado			
	Até um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
Em 31 de dezembro de 2017				
Fornecedores e outros passivos *	89.396	86.855	-	-
Concessão a pagar	3.572	3.654	5.481	9.743
Empréstimos e financiamentos	86.926	203.331	304.778	748.945
Parcelamentos	17.700	8.306	-	-
Em 31 de dezembro de 2018				
Fornecedores e outros passivos*	101.237	2.733	2.733	31.434
Concessão a pagar	4.810	3.111	4.667	8.297
Empréstimos e financiamentos	115.679	215.349	318.255	661.105
Parcelamentos	60.500	48.354	67.420	-

*excluem-se os valores de tributos e contribuições a pagar no montante de R\$ 8.613 (2017 - R\$ 9.508).

(g) Risco com taxa de juros

O risco associado é oriundo da possibilidade da Companhia incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentam as despesas financeiras relativas a empréstimos captados no mercado.

A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de novas operações para proteger-se contra risco de volatilidade dessas taxas.

(h) Risco com taxa de câmbio

A Companhia possui ativos e passivos denominados em moeda estrangeira em contas a pagar à fornecedores e adiantamento à fornecedores.

SuperVia Concessionária de Transporte Ferroviário S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(i) Risco de crédito

A Companhia monitora seus recebíveis frequentemente e, havendo indicativo de risco de não recebimento, efetua provisão para perda.

(j) Cálculo do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (“ICSD”)

A Companhia está sujeita, no seu empréstimo com BNDES e nas Debêntures a *covenants* financeiros referente ao índice de cobertura do serviço da dívida. O cálculo do mesmo pode ser sumariado:

$$\text{Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD)} = \frac{\text{EBITDA (a)}}{\text{Serviço da Dívida (b)}}$$

- (a) EBITDA: Resultado operacional antes das despesas financeiras e imposto de renda, acrescido da depreciação e amortização; e
- (b) Serviço da Dívida: Amortização de Principal + Pagamento de Juros excetuando amortização de principal e pagamento de juros de dívidas originalmente de curto-prazo renegociadas.

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Lucro operacional antes do resultado financeiro líquido e dos tributos sobre o lucro (i)	163.258	181.918
Amortização (ii)	<u>54.473</u>	<u>64.617</u>
EBITDA	<u>217.731</u>	<u>246.535</u>

(i) Para efeito de cálculo do resultado operacional o item “despesas financeiras” foi entendido como “resultado financeiro líquido” e o item “imposto de renda” como “Imposto de renda e Contribuição social”.

(ii) No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, não foram registradas despesas de depreciação, apenas amortização do intangível.

Cálculo do Serviço da Dívida:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Amortização de Principal	62.015	56.887
Amortização de Juros	<u>108.757</u>	<u>118.852</u>
Serviço da Dívida	<u>170.772</u>	<u>175.739</u>

SuperVia Concessionária de Transporte Ferroviário S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Cálculo do ICSD:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
EBITDA	217.731	246.535
Serviço da Dívida	<u>170.772</u>	<u>175.739</u>
ICSD	<u>1,3</u>	<u>1,4</u>

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 a Companhia encontra-se adimplente com os *convenants* financeiros no seu empréstimo com o BNDES e nas Debêntures (Nota 12).

4.2 Gestão de capital

Os objetivos da Companhia e sua controlada ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma adequada estrutura de capital para reduzir o respectivo custo. Para atingimento desses objetivos, exerce uma gestão financeira e de capital centralizada.

Condizente com outras companhias do setor, a Companhia e sua controlada monitoram o capital com base no índice de alavancagem financeira. O índice de dívida líquida sobre o patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 é apresentado da seguinte forma:

	<u>Consolidado</u>	
	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Total dos empréstimos (Nota 12)	1.310.387	1.343.980
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	<u>(283)</u>	<u>(518)</u>
Dívida líquida	<u>1.310.104</u>	<u>1.343.462</u>
Total do patrimônio líquido	<u>228.331</u>	<u>202.751</u>
Total do capital próprio e de terceiros	<u>1.538.435</u>	<u>1.546.213</u>
Índice de alavancagem financeira - %	<u>85</u>	<u>87</u>

A SuperVia mantém, contrato com empresa coligada denominada F.L.O.S.P.E. Empreendimentos e Participações S.A. (F.L.O.S.P.E.), controlada pela Rio Trens Participações S.A. (RTP), para gerenciamento de recursos e investimentos. Os recursos da SuperVia administrado pela F.L.O.S.P.E., em 31 de dezembro de 2018, é de R\$ 110.459 (em 31 de dezembro de 2017 - R\$ 104.478). Vide Nota 21.

SuperVia Concessionária de Transporte Ferroviário S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

5 Instrumentos financeiros por categoria - Consolidado

A Companhia possui ativos ao valor justo, ou ativos na categoria de disponíveis para venda.

	Empréstimos e recebíveis	
	2018	2017
Ativos, conforme balanço patrimonial		
Caixa e equivalentes de caixa	283	518
Contas a receber e outros ativos	355.791	252.061
Sociedades ligadas	110.459	104.478
	466.533	357.057
	Outros passivos financeiros	
	2018	2017
Passivo, conforme o balanço patrimonial		
Empréstimos e financiamentos	1.310.387	1.343.980
Fornecedores, concessão a pagar e outros passivos	167.641	208.209
Parcelamentos	176.274	26.006
Sociedades ligadas	287.577	252.782
	1.941.879	1.830.977

6 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Caixa e bancos	91	1	248	492
Fundo fixo	35	26	35	26
	126	27	283	518

SuperVia Concessionária de Transporte Ferroviário S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

7 Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Contas a receber bilheteria (a)	3.374	7.938	3.374	7.938
Outras contas a receber (b)	18.449	13.899	22.305	20.666
Contas a receber do Estado do Rio de Janeiro/ Flumitrens (c)	63.077	54.260	63.077	54.260
Contas a receber Teleférico do Rio de Janeiro (d)	26.493	26.491	26.493	26.491
Contas a receber Estado do Rio de Janeiro reequilíbrio de energia (Nota 1)	172.924	86.855	172.924	86.855
Outras contas a receber do Estado do Rio de Janeiro (e)	55.376	44.265	55.376	44.265
	339.693	233.708	343.549	240.475
Menos				
Ativo circulante	(103.692)	(92.593)	(107.548)	(99.360)
Ativo não circulante	236.001	141.115	236.001	141.115

- (a) Valores correntes a receber de: (i) bilhetes adquiridos nas estações da Companhia, pagos em espécie, cuja coleta e correspondente depósito na sua conta-corrente da Companhia é responsabilidade do prestador de serviço de transportes de valores; e (ii) vale-transporte eletrônico administrados pela Fetranspor.
- (b) Valores a receber decorrentes de direito de passagem pela malha ferroviária da Companhia, aluguel de espaço publicitário e comerciais.
- (c) Valores pagos pela Companhia decorrentes de processos sucessórios trabalhistas e cíveis que serão reembolsados pelo Estado, conforme previsto no 6º aditivo ao contrato de concessão. O saldo está sendo classificado no ativo não circulante.
- (d) Valores a receber pela prestação de serviço de operação no sistema Teleférico, sendo calculados pelos custos de prestação de serviço mais margem de 10% e notas de débitos referentes ao reembolso de gastos empregados na prestação do serviço.
- (e) Valores a receber decorrentes da gratuidade para estudantes e portadores de necessidades especiais, conforme Lei Estadual nº 4.510/2005.

8 Investimentos

(a) Investimentos em controlada direta

	Ações possuídas pela Companhia	Participação da Companhia no capital social votante - %	Ativo circulante e não circulante	Passivo circulante e não circulante	Patrimônio Líquido	Prejuízo do exercício
SC Empreendimentos e participações S.A.	1.000.000	99,99	29.943	31.420	(1.477)	(3.240)
Em 31 de dezembro de 2018	1.000.000	99,99	29.943	31.420	(1.477)	(3.240)
Em 31 de dezembro de 2017	1.000.000	99,99	33.257	31.494	1.763	(592)

A SC Empreendimentos e Participações S.A. ("SC") têm como objetivo a exploração de imóveis cedidos na concessão e aluguel de espaços publicitários.

SuperVia Concessionária de Transporte Ferroviário S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Conforme previsto na cláusula oitava do contrato de concessão para exploração dos serviços de transporte ferroviário de passageiros, celebrado entre a Companhia e o Estado do Rio de Janeiro, a concessionária constituiu a SC como empresa subsidiária com o objetivo de explorar serviços complementares ou serviços adicionais, nas áreas integrantes da concessão inclusive nos espaços aéreos das linhas, estações, construções e terrenos utilizados para obtenção das receitas, desde que não acarrete prejuízo à normal prestação dos serviços.

Movimentação do investimento:

	SC Empreendimentos e Participações S.A.
01 de janeiro de 2017	2.355
Equivalência patrimonial	(592)
31 de dezembro de 2017	1.763
Equivalência patrimonial	(3.240)
31 de dezembro de 2018	<u>(1.477)</u>

(b) Resumo das informações financeiras

O quadro abaixo apresenta o resumo das informações financeiras da controlada:

i Balanço Patrimonial sintético

	SC Empreendimentos Participações S.A.	
	2018	2017
Circulante		
Ativo	29.552	32.743
Passivo	<u>(31.419)</u>	<u>(31.494)</u>
	<u>(1.867)</u>	<u>1.249</u>
Não Circulante		
Ativo	390	514
Passivo	-	-
	<u>390</u>	<u>514</u>
Patrimônio Líquido	<u>(1.477)</u>	<u>1.763</u>

SuperVia Concessionária de Transporte Ferroviário S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

ii Demonstração do resultado sintética

	SC Empreendimentos e Participações S.A	
	Em reais	
	2018	2017
Receita Bruta	7.817	13.145
Impostos sobre serviços, deduções e abatimentos	(728)	(1.216)
Receita Líquida	7.089	11.929
Custos/Despesas Totais	(10.282)	(12.633)
	(3.193)	(704)
Resultado Financeiro	(47)	270
Imposto de Renda e Contribuição Social	-	(158)
Prejuízo do exercício	(3.240)	(592)

iii Demonstração dos fluxos de caixa sintética

	SC Empreendimentos e Participações S.A	
	Em reais	
	2018	2017
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Caixa gerado pelas operações	(334)	2.932
Imposto de renda e Contribuição social pagos	-	(137)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	(334)	2.795
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	-	-
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Amortizações de Empréstimos	-	(3.027)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	-	(3.027)
Redução de caixas e equivalentes de caixa, líquidos	(334)	(232)
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	492	724
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício	158	492

SuperVia Concessionária de Transporte Ferroviário S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

9 Intangível - Consolidado

Discriminação	Material	Marcas e	Outorga da	Compensação	Equipamentos		Máquinas	Instalações	Computadores	Móveis e			Total em	Intangível	Intangível	
	rodante	Edificações	patentes	Concessão	Estado RJ	Software	e instalações	automáticas	fixas	e periféricos	Veículos	utensílios	Ferramentas	operação	em construção	total
Exercício findo em 31 de dezembro de 2017																
Saldo inicial	515.676	97.093	189	11.218	19.402	8.877	16.474	238	268.444	3.295	438	3.362	345	945.051	600.365	1.545.416
Aquisições	1.426	3.000	-	-	-	-	106	86	39	51	-	55	-	4.763	87.472	92.235
Transferências	47.399	205.481	-	-	-	1.239	6.598	1.618	36.837	575	-	358	1	300.106	(300.106)	-
Alienação/baixa	-	-	-	-	-	-	(2)	-	-	-	-	-	-	(2)	-	(2)
Amortização	(30.191)	(8.624)	(30)	(352)	(609)	(3.664)	(3.724)	(360)	(14.798)	(1.386)	(169)	(603)	(107)	(64.617)	-	(64.617)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	534.310	296.950	159	10.866	18.793	6.452	19.452	1.582	290.522	2.535	269	3.172	239	1.185.301	387.731	1.573.032
Custo total	764.186	316.858	716	25.865	23.107	23.510	32.975	19.621	487.058	16.822	1.751	8.291	1.027	1.721.787	387.731	2.109.518
Amortização acumulada	(229.876)	(19.908)	(557)	(14.999)	(4.314)	(17.058)	(13.523)	(18.039)	(196.536)	(14.287)	(1.482)	(5.119)	(788)	(536.486)	-	(536.486)
Saldo contábil líquido	534.310	296.950	159	10.866	18.793	6.452	19.452	1.582	290.522	2.535	269	3.172	239	1.185.301	387.731	1.573.032
Exercício findo em 31 de dezembro de 2018																
Saldo inicial	534.310	296.950	159	10.866	18.793	6.452	19.452	1.582	290.522	2.535	269	3.172	239	1.185.301	387.731	1.573.032
Aquisições	1.241	-	-	-	-	19	381	1.993	-	316	-	276	19	4.245	99.056	103.301
Transferências	15.416	3.370	-	-	-	-	11	-	9.137	-	-	-	-	27.934	(27.934)	-
Alienação/baixa	-	-	-	-	-	-	(4)	-	-	-	-	(5)	-	(9)	-	(9)
Amortização	(22.080)	(9.961)	(30)	(353)	(609)	(3.636)	(3.798)	(422)	(11.653)	(1.109)	(123)	(610)	(89)	(54.473)	-	(54.473)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	528.887	290.359	129	10.513	18.184	2.835	16.042	3.153	288.006	1.742	146	2.833	169	1.162.998	458.853	1.621.851
Custo total	780.843	320.228	716	25.865	23.107	23.529	33.363	21.614	496.195	17.138	1.751	8.562	1.046	1.753.957	458.853	2.212.810
Amortização acumulada	(251.956)	(29.869)	(587)	(15.352)	(4.923)	(20.694)	(17.321)	(18.461)	(208.189)	(15.396)	(1.605)	(5.729)	(877)	(590.959)	-	(590.959)
Saldo contábil líquido	528.887	290.359	129	10.513	18.184	2.835	16.042	3.153	288.006	1.742	146	2.833	169	1.162.998	458.853	1.621.851
Taxa de amortização %	curva de demanda	Até 2048	Até 2048	Até 2048	Até 2048	20%	10%	20%	curva de demanda	20%	20%	10%	20%			

SuperVia Concessionária de Transporte Ferroviário S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Infraestrutura - consolidado

O custo de investimento em bens reversíveis ao Poder Concedente, direcionados para a infraestrutura da concessão é considerado como ativo intangível. O cálculo da parcela mensal sobre a vida útil dos bens, considerando os benefícios econômicos gerados, é reconhecido no resultado como amortização, sendo seu valor calculado em função da curva de demanda de passageiros. A curva de demanda de passageiros é determinada através de um modelo econométrico que utiliza uma regressão linear múltipla juntamente com projeções macroeconômicas. A administração entende este método como o que melhor reflete o padrão de consumo da entidade do benefício econômico futuro do ativo.

(b) Outorga de concessão

A Companhia possui ativo intangível relacionado com o direito de outorga da concessão para exploração do sistema ferroviário, sendo amortizado pelo método linear de acordo com o prazo da concessão de 50 anos que finalizará em 2048.

O valor da outorga, decorrente do Contrato inicialmente firmado, é corrigido pelo IGP-M e, em 31 de dezembro de 2018, o saldo monta R\$ 10.513 (Notas 1 e 11).

Em 31 de dezembro de 2018, o direito de outorga pago decorrente do oitavo e nono aditivos contratuais, monta a R\$ 1.482.888 (R\$1.422.049 em 2017) por meio da realização de investimentos (Nota 1), considerado como contrato de execução, nos termos do OCPC 05.

(c) Intangível em construção

Refere-se à realização de investimentos tais como revitalização de material rodante e inclusão de ar-condicionado nos trens, revitalização de via permanente, aquisição de novo sistema de sinalização, conforme programa de investimentos adotado pela Companhia.

(d) Amortização

A Companhia realiza anualmente revisão de vida útil de seus ativos e ajusta a taxa de amortização de acordo com a curva de demanda para o grupo de ativos de infraestrutura até o prazo final da concessão que se encerra em 2048.

10 Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Fornecedores - Moeda Nacional (a)	87.155	161.341	87.216	161.474
Fornecedores - Moeda Estrangeira	-	1.123	-	1.123
	87.155	162.464	87.216	162.597
Circulante	87.155	75.609	87.216	75.742
Não Circulante	-	86.855	-	86.855

SuperVia Concessionária de Transporte Ferroviário S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (a) A Companhia tem política de fluxo de giro de pagamento à fornecedores em 60 dias, tendo como principal fornecedor a empresa Light Serviços de Energia S.A. Em 2018 a Companhia efetuou acordo de parcelamento dos valores devidos à Light no valor de R\$ 165.498 (Nota 13 (c)), este parcelamento não implica em renúncia de qualquer direito pleiteado no processo judicial transitando na 16ª Vara de Fazenda Pública, referente ao desequilíbrio econômico financeiro do Contrato de Concessão por valores que cabem ser liquidados pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro (Nota 1).

11 Concessão a pagar - Consolidado

A concessão de transporte ferroviário de passageiros na região metropolitana do Rio de Janeiro foi estipulada inicialmente pelo prazo de 25 anos, prorrogando em novembro de 2010 por igual período conforme Nota 1. O contrato foi assinado em 17 de setembro de 1998, no montante de R\$ 28.000, dos quais R\$ 8.400 foram pagos à vista. Conforme permitido no Edital de Licitação, este montante foi pago com Certificados de Privatização, comprados anteriormente com um deságio de R\$ 2.135, reduzindo o valor do adiantamento para R\$ 6.256.

O saldo restante após 60 meses de carência está sendo pago em 240 parcelas mensais corrigidas pela variação do IGP-M. Até 31 de dezembro de 2018, foram pagas 182 parcelas, e o saldo remanescente, ajustado a valor presente, é de R\$ 20.885 (R\$ 22.450 em 2017).

	Consolidado	
	2018	2017
Ativo		
Outorga da concessão	25.865	25.865
Amortização acumulada	(15.352)	(14.999)
Intangível (Nota 9)	10.513	10.866
Passivo		
Circulante	4.810	3.572
Não circulante	16.075	18.878
Concessão a pagar	20.885	22.450

12 Empréstimos e financiamentos

	Encargos financeiros anuais (%)	Consolidado	
		2018	2017
BNDES (a)	TJLP + 2,63 e pré 5,63	952.325	1.008.464
Debêntures Infraestrutura (b)	IPCA + 7,5	384.689	370.009
Outras instituições financeiras (c)	IGPM e CDI + 1,8 a 7,68	5.171	259
(-) Custo de transação (d)		(31.798)	(34.752)
		1.310.387	1.343.980
Circulante		(115.679)	(86.926)
Não Circulante		1.194.708	1.257.054

SuperVia Concessionária de Transporte Ferroviário S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (a) Linha de crédito aprovada junto ao BNDES, no montante de R\$1.635.927, exclusivo para financiamento de parte do plano de investimento da Companhia, conforme Nota 1. O valor liberado até 31 de dezembro de 2017 foi de R\$ 1.066.203. O valor amortizado em 2018 foi de R\$ 143.065 (2016 – R\$ 139.735) (Nota 22).
- (b) Emissão de Debêntures de infraestrutura não conversíveis em ações e mantidas até o vencimento no valor de R\$ 300.000, para o financiamento de parte do plano de investimento da Companhia. Em 14 de dezembro de 2018, foi aprovada, através da Assembleia Geral dos Debenturistas, a alteração do número de parcelas de amortização programada de 17 para 16 parcelas, com a primeira parcela vencendo em maio de 2019 e a última parcela mantendo o seu vencimento em novembro de 2026. O valor amortizado de juros em 2018 foi de R\$ 27.528 (2017 – R\$ 26.656) (Nota 22).
- (c) Empréstimo contratado para pagamento de investimentos não financiáveis pelo BNDES contidos no plano de investimentos.
- (d) Os custos incorridos na captação estão sendo apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera a taxa interna de retorno da operação para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência das operações.

Principais cláusulas restritivas – Empréstimo BNDES e Debêntures de Infraestrutura

A Companhia obriga-se em garantia do pagamento de quaisquer obrigações decorrentes destes contratos, a constituir e manter, durante toda a vigência conta reserva aberta junto ao banco depositário (Banco Itaú S.A) na qual deverão permanecer depositados recursos correspondentes ao saldo mínimo estabelecido no Contrato. A Companhia mantém esta conta reserva através de sua gerenciadora de recursos FLOSPE Empreendimentos e Participações S.A e pagamentos denominada para este contrato conforme apresentado na Nota 21.

Para fins exclusivos de distribuição de qualquer recurso aos acionistas, o índice de cobertura do serviço da dívida (ICSD) não pode ser inferior a 1,3 (um inteiro e três décimos) ao longo de todo o prazo do financiamento, calculado ao final de cada exercício. Caso o ICSD seja inferior a 1,3 (um inteiro e três décimos) a Companhia não poderá distribuir qualquer recurso aos acionistas. Se o ICSD for inferior a 1,2 (um inteiro e dois décimos) (ICSD < 1,2) a Companhia deverá depositar na conta reserva o equivalente a 1/6 (um sexto) do valor da próxima prestação de amortização programada e de juros remuneratórios.

As operações de mútuo com coligadas, controladas e controladoras deverão ser limitadas a R\$ 100 (cem mil reais) anuais e deverão ser informadas imediatamente ao BNDES e aos debenturistas.

A Companhia não deve conceder preferência a outros créditos, fazer amortização de ações, emitir debêntures e partes beneficiárias e assumir novas dívidas de qualquer espécie sem a prévia autorização do BNDES e dos debenturistas, ressalvadas aquelas já previstas em contrato.

Todas as obrigações contraídas pela Companhia relativas a estes contratos foram cumpridas em 31 de dezembro de 2018.

SuperVia Concessionária de Transporte Ferroviário S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Prazos de vencimento

O montante de empréstimos e financiamentos em longo prazo tem a seguinte composição, por ano e vencimento:

	Consolidado	
	2018	2017
2019	-	101.678
2020	107.795	101.653
2021	107.554	101.595
2022	106.085	101.592
2023	106.085	101.591
2024	106.085	101.591
2025 em diante	661.104	647.354
	<u>1.194.708</u>	<u>1.257.054</u>

13 Parcelamentos

	Consolidado	
	2018	2017
Cedae (a)	1.392	3.027
Light (b)	6.758	22.979
Light -2018 (c)	168.124	-
Total	<u>176.274</u>	<u>26.006</u>
Circulante	60.500	17.700
Não circulante	115.774	8.306

- (a) Em 21 de junho de 2009, a Companhia celebrou Termo de Transação Com Quitação Geral com a Cedae - Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro, para pagamento da dívida acumulada no período de janeiro de 1999 a maio de 2009, onde, as partes chegaram a um consenso, por meio do qual a Companhia se comprometeu a pagar à Cedae a importância total de R\$ 10.958, dividida em 120 (cento e vinte) parcelas mensais, corrigidas anualmente, pelo IGPM/FGV.
- (b) Em 06 de maio de 2016, a Companhia celebrou acordo Termo de Quitação e Outras Avenças com a Light Serviços de Energia S.A., para pagamento de dívida acumulada de janeiro de 2015 a fevereiro de 2016, por meio do qual a Companhia se comprometeu a pagar à Light a importância total de R\$ 48.661 dividida em 36 (trinta e seis) parcelas mensais fixas.

SuperVia Concessionária de Transporte Ferroviário S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (c) Em 30 de julho de 2018, a Companhia celebrou acordo Termo de Quitação e Outras Avenças com a Light Serviços de Energia S.A., para pagamento de dívida acumulada do período compreendido entre junho de 2016 a junho de 2018, por meio do qual a Companhia se comprometeu a pagar à Light a importância total de R\$ 165.498, sendo pago no exercício de 2018 a importância de R\$ 38.412 e a ser pago no primeiro semestre de 2019 a importância de R\$ 35.048, referente ao saldo em aberto das faturas do período compreendido entre julho de a dezembro de 2018. O saldo remanescente R\$ 127.086 será pago em 60 (sessenta) parcelas corrigidas mensalmente por CDI x 180%, com a primeira parcela vencendo em junho de 2019 e a última parcela com o seu vencimento em maio de 2024.

14 Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia possui registros de seus créditos tributários diferidos decorrentes dos prejuízos para fins de imposto de renda e da base negativa da contribuição social e adições temporárias suportado pelo modelo financeiro adotado no plano geral de negócio aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia.

(a) Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos

Ativo imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízo fiscal

	Consolidado	
	2018	2017
Prejuízo fiscal	503.211	461.655
Base negativa	512.870	471.413
Provisão para Contingências	21.210	25.366
Participação no resultado	2.157	6.138
Imposto de renda 25%	131.645	121.017
Contribuição social 9%	48.261	44.445
	<u>179.906</u>	<u>165.462</u>

Passivo imposto de renda e contribuição social diferidos

	Consolidado	
	2018	2017
Amortização do intangível	318.341	231.676
Ajuste a valor presente - Concessão a pagar	3.169	4.150
Imposto de renda 25%	80.377	58.956
Contribuição social 9%	28.936	21.224
	<u>109.313</u>	<u>80.180</u>

SuperVia Concessionária de Transporte Ferroviário S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 31 de dezembro de 2018, o imposto de renda e a contribuição social diferidos líquidos montam a R\$ 70.593 (em 31 de dezembro de 2017 – R\$ 85.282).

(b) Período estimado de realização do ativo

As estimativas de recuperação dos créditos tributários foram baseadas nas projeções dos lucros tributáveis levando em consideração diversas premissas financeiras e de negócios na data prevista de tais projeções.

O saldo do ativo diferido apresenta a seguinte expectativa de realização:

<u>Ano</u>	<u>Consolidado</u>	
	<u>2018</u>	<u>2017</u>
2020	-	5.914
2021	15.436	31.436
2022	25.308	44.198
2023	41.406	15.260
2024	71.477	2.310
2025	26.279	3.936
2026	-	62.408
	<u>179.906</u>	<u>165.462</u>

Como a base tributável do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido decorre não apenas do lucro que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, incentivos fiscais e outras variáveis, não existe uma correlação imediata entre o lucro líquido da Companhia e o resultado de imposto de renda e contribuição social. Portanto, a expectativa da utilização dos créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Companhia.

SuperVia Concessionária de Transporte Ferroviário S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Reconciliação do imposto de renda e da contribuição social

A reconciliação do imposto de renda e da contribuição social apurados conforme alíquotas nominais e o valor dos impostos registrados na demonstração do resultado está apresentada no quadro abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	40.269	47.153	40.269	47.311
Alíquota nominal combinada	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal (nominal) combinada	(13.691)	(16.032)	(13.691)	(16.086)
Ajustes permanentes nas bases de cálculo do IR e da CSL				
Adições e exclusões permanentes	(3.010)	(2.715)	(3.792)	(2.836)
IR e CSL constituídos de anos anteriores	3.114	-	3.114	(158)
Crédito tributário não reconhecido	-	-	(321)	(26)
Resultado de participações societárias	(1.102)	(201)	-	-
Efeito IR/CSL resultado - Lucro Real	(14.689)	(18.948)	(14.690)	(19.106)
Composição do IR e da CSL				
IR/CSL Lucro Real - Corrente	-	-	-	(158)
IR/CSL Lucro Real - Diferido	(14.689)	(18.948)	(14.689)	(18.948)
Total do IR e CSL resultado - Lucro Real	(14.689)	(18.948)	(14.689)	(19.106)
Ativo	31/12/2017	Constituição	(Realização)	31/12/2018
Contrapartida no resultado:				
Prejuízo fiscal e base negativa	154.916	17.210	-	172.126
Provisão para contingências	9.633	1.582	(2.995)	8.220
Provisão para participação nos resultados	913	1.686	(3.039)	(440)
Subtotal	165.462	20.478	(6.034)	179.906
Total dos créditos tributários diferidos ativos	165.462	20.478	(6.034)	179.906
Passivo				
Contrapartida no resultado:				
Diferença na estimativa da amortização contábil x fiscal	78.769	(18.478)	47.945	108.236
Ajuste a valor presente de concessão a pagar	1.411	(334)	-	1.077
Subtotal	80.180	(18.812)	47.945	109.313
Total dos débitos fiscais diferidos passivos	80.180	(18.812)	47.945	109.313
Total dos tributos diferidos líquidos	85.282	39.290	(53.979)	70.593

15 Patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, o capital social da Companhia é de R\$ 379.240 (R\$ 359.300 integralizado e R\$ 19.940 a integralizar), representado por 37.924 em ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, das quais 100,00% pertencem a Rio Trens Participações S.A. Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da assembleia geral.

16 Provisões para contingências e depósitos compulsórios e judiciais

A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis e tributários e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa, como na judicial. Esses processos, quando aplicáveis, são amparados por depósitos judiciais. As provisões para as perdas prováveis decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração, com amparo da opinião de seus consultores legais externos.

SuperVia Concessionária de Transporte Ferroviário S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (a) A Companhia apresenta os seguintes passivos, e correspondentes depósitos judiciais, relacionados a contingências:

	Consolidado			
	Depósitos judiciais		Provisões para contingências	
	2018	2017	2018	2017
Contingências trabalhistas e previdenciárias (c) (i)	12.534	10.024	3.145	3.468
Reclamações cíveis (c) (ii)	5.103	17.129	18.065	21.898
	<u>17.637</u>	<u>27.153</u>	<u>21.210</u>	<u>25.366</u>

A administração, consubstanciada na opinião de seus consultores jurídicos externos, avalia que os encaminhamentos e providências legais cabíveis já tomados em cada processo são suficientes e não existe necessidade de provisões adicionais às demonstradas acima.

- (b) A movimentação da provisão está demonstrada a seguir:

	Consolidado		
	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2017	3.468	21.898	25.366
Adições	126	4.529	4.655
Pagamentos	(400)	(12.638)	(13.038)
Reversão líquida	(49)	4.276	4.227
Saldo em 31 de dezembro de 2018	<u>3.145</u>	<u>18.065</u>	<u>21.210</u>

A Companhia estima provisões para processos de perdas prováveis, com base no histórico de desfechos em seus processos cíveis e em taxa média de êxito calculada em conjunto com seus assessores jurídicos externos. Desta forma, a administração entende que a provisão contabilizada representa a melhor estimativa/expectativa de perda em 31 de dezembro de 2018.

- (c) A natureza das obrigações pode ser sumarizada como segue:
- i Contingências trabalhistas e previdenciárias - consistem, principalmente, em reclamações de ex-empregados vinculadas a disputas sobre o montante de compensação pago em demissões.
 - ii Ações cíveis - consistem, principalmente, em reclamações de natureza cível e ações de responsabilidade civil incidentes sobre a operação.
- (d) Perdas possíveis, não provisionadas no balanço.

A Companhia tem ações de naturezas cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, nos montantes estimados de R\$ 453.620 e R\$ 82.679 (2017 – R\$ 349.338 e R\$ 102.219), respectivamente.

SuperVia Concessionária de Transporte Ferroviário S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

17 Receitas

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Receita de construção (a)	103.641	97.930	103.641	97.930
Receita de operação				
Bilheteria	629.417	615.625	629.417	615.625
Aluguéis de espaços publicitários e comerciais (Nota 7 (b))	10.047	29.000	17.863	42.144
Direito de passagem e outras receitas (b)	3.083	3.476	3.083	3.476
Receita Estado do RJ - Gratuidade (c)	11.466	10.219	11.466	10.219
	654.013	658.320	661.829	671.464
Impostos sobre serviços, deduções e abatimentos	(13.851)	(15.247)	(14.578)	(16.462)
	<u>743.803</u>	<u>741.003</u>	<u>750.892</u>	<u>752.932</u>

- (a) Receita de construção refere-se aos investimentos, representados principalmente pela aquisição de ativos e serviços, para a realização de melhorias na infraestrutura do sistema ferroviário.
- (b) Receita decorrente da cessão do direito de passagem a composições da MRS Logística pela malha ferroviária da Companhia de alugueis de espaços publicitários e comerciais e da prestação de serviço de operação do sistema Teleférico encerrado em fevereiro de 2016.
- (c) Total de receita registrada de gratuidade concedida a estudantes e deficientes, cujo pagamento é garantido pelo contrato de concessão.

18 Custos dos serviços prestados

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Salários e benefícios a empregados	163.809	161.264	163.809	161.264
Materiais	24.345	22.775	24.345	22.775
Energia elétrica	65.329	76.431	65.894	77.002
Segurança	27.679	25.415	30.907	29.403
Limpeza e higienização	15.409	13.996	16.440	15.221
Manutenção e conservação	16.302	7.835	16.302	7.835
Outros serviços prestados	9.359	8.913	9.359	8.913
Custos administrativos	13.711	10.262	13.963	10.768
Custos com amortização	49.429	59.545	49.429	59.545
Custos dos serviços prestados	<u>385.372</u>	<u>386.436</u>	<u>390.448</u>	<u>392.726</u>

SuperVia Concessionária de Transporte Ferroviário S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

19 Despesas gerais e administrativas

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Contingências	19.764	1.919	19.765	1.939
Salários e benefícios a empregados	31.247	27.490	32.792	29.919
Honorários da administração	6.454	5.670	6.454	5.670
Consultoria	5.318	4.942	5.985	6.267
Assessoria jurídica	13.892	13.680	13.978	13.809
Fretes	3.439	3.137	3.485	3.198
Outras despesas	14.349	10.968	14.819	11.830
Despesas gerais e administrativas	<u>94.463</u>	<u>67.806</u>	<u>97.278</u>	<u>72.632</u>

20 Receita e despesas financeiras líquidas

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Despesas financeiras				
Juros empréstimos bancários	(96.735)	(98.377)	(96.735)	(98.635)
Variação monetária concessão a pagar	(2.856)	(2.386)	(2.856)	(2.386)
Impostos sobre operações financeiras	(244)	(611)	(244)	(611)
Remuneração por garantia (Nota 21 (iii))	(6.574)	(10.559)	(6.574)	(10.559)
Juros com empréstimos com partes relacionadas (Nota 21 (iv))	(23.441)	(21.711)	(23.441)	(21.711)
Outras despesas financeiras	<u>(6.241)</u>	<u>(12.027)</u>	<u>(6.292)</u>	<u>(12.164)</u>
	<u>(136.091)</u>	<u>(145.671)</u>	<u>(136.142)</u>	<u>(146.066)</u>
Receita financeira				
Variações monetárias	7.253	2.022	7.255	2.206
Receita aplicação financeira	5.827	8.492	5.828	8.487
Outras receitas financeiras	<u>70</u>	<u>280</u>	<u>70</u>	<u>766</u>
	<u>13.150</u>	<u>10.794</u>	<u>13.153</u>	<u>11.459</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(122.941)</u>	<u>(134.877)</u>	<u>(122.989)</u>	<u>(134.607)</u>

21 Partes relacionadas

Transações e saldos

	Controladores		SC Empreendimentos e Participações S.A		FLOSPE Empreendimentos	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Outras contas a receber (i)	-	-	31.335	31.271	-	-
Conta corrente (gestão de caixa) (ii)	-	-	-	-	110.460	10.479
Remuneração por garantia (iii)	63.467	60.775	-	-	-	-
Contratação de mútuo (iv)	224.110	192.007	-	-	-	-
Despesas financeiras (Nota 20)	30.015	32.270	-	-	-	-

- (i) Refere-se a contrato de prestação de serviços via reembolso de despesas incorridas pela Companhia compartilhadas com a empresa controlada SC Empreendimentos e Participações S.A.

SuperVia Concessionária de Transporte Ferroviário S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (ii) Em 2013, a Companhia firmou contrato com empresa coligada denominada F.L.O.S.P.E. Empreendimentos e Participações S.A. (F.L.O.S.P.E.), controlada pela Rio Trens Participações S.A. (RTP), para gerenciamento de recursos e pagamentos a fornecedores dos valores referentes ao seu programa de investimento (Nota 12 (c)) e gestão de seu caixa. Os créditos a serem recebidos junto a F.L.O.S.P.E. em 31 de dezembro de 2018 montam a R\$ 110.459. O contrato de prestação de serviços com a Companhia prevê pagamentos mensais à F.L.O.S.P.E. de R\$ 232 em 2018 e em 2017 a título de taxa de administração pela prestação do serviço acima mencionado (R\$ 2.784 em 2018 e em 2017).
- (iii) Em 2015, a Companhia firmou contratos de remuneração por garantias prestadas com as Controladoras para suporte financeiro dos principais empréstimos contratados (Nota 12).
- (iv) Em 2016, a Companhia firmou contrato de mútuo com a Controladora Odebrecht Mobilidade S.A no valor de R\$ 122.299. Em 2017, foi adicionado o valor de R\$ 32.102 e em 2018 foi adicionado o valor de R\$ 8.663, totalizando R\$ 163.064, a ser pago em parcela única em abril de 2019, com encargos financeiros anuais de CDI + 5% ao ano.

22 Outros passivos

	Consolidado	
	2018	2017
Receita antecipada (a)	39.634	-
Tributos a pagar	8.613	9.510
Outras obrigações	11.293	13.652
Total	59.540	23.162
Circulante	22.327	23.022
Não circulante	37.213	140

- (a) Em 21 de junho de 2018 a Companhia celebrou um contrato cedendo o direito e uso dos imóveis e espaços comerciais da Estação Central do Brasil para exploração comercial à RCHOR 16 Gestão Patrimonial e Participações Ltda, no valor de R\$ 41.000 pelo período de 15 anos. Este contrato prevê que em caso de rescisão antes do prazo estabelecido para o seu termino a Companhia se compromete a restituir a contraprestação devida deste valor na proporção do prazo restante para o termino do contrato, portanto em atendimento a Norma Contábil CPC 47 – Receita de Contratos com Clientes, item 15(b) esta receita está sendo diferida pelo seu prazo contratual. No exercício de 2018 o valor da receita registrada no resultado do exercício foi de R\$ 1.367.

SuperVia Concessionária de Transporte Ferroviário S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

23 Demonstrações dos fluxos de caixa (Consolidado)

Abaixo estão demonstradas movimentações das atividades de financiamentos e investimentos que não envolveram o uso de caixa ou equivalentes de caixa e, portanto, foram excluídas das demonstrações dos fluxos de caixa nos exercícios nessas rubricas.

Caso as operações tivessem afetado o caixa, seriam apresentadas nas rubricas do fluxo de caixa abaixo:

	Fluxo de caixa das atividades de financiamento			Itens que não afetam o caixa		2018
	2017	Novos empréstimos	Pagamento de empréstimos	Juros pagos	Juros provisionados	
BNDDES	1.008.464	-	(61.842)	(81.223)	86.924	952.323
Debêntures Infraestrutura	370.009	-	-	(27.528)	42.207	384.688
Outras instituições financeiras	259	5.000	(173)	(6)	94	5.174
(-) Custo de transação	(34.752)	(3.160)	-	-	6.114	(31.798)
Total	1.343.980	1.840	(62.015)	(108.757)	135.339	1.310.387

	Fluxo de caixa das atividades de investimento			Itens que não afetam o caixa		2018
	2017	adições	baixas	amortização	Juros capitalizados	
Ativo intangível	1.573.032	64.695	(9)	(54.473)	38.606	1.621.851

	Fluxo de caixa das atividades de financiamento			Itens que não afetam o caixa		2017
	2016	Novos empréstimos	Pagamento de empréstimos	Juros pagos	Juros provisionados	
BNDDES	1.052.881	-	(50.539)	(89.196)	95.318	1.008.464
Debêntures Infraestrutura	360.393	-	-	(26.656)	36.272	370.009
Outras instituições financeiras	3.359	-	(3.321)	(61)	282	259
Banco ABC Brasil	6.185	-	(3.027)	(2.939)	(219)	-
(-) Custo de transação	(37.966)	-	-	-	3.214	(34.752)
Total	1.384.852	-	(56.887)	(118.852)	134.867	1.343.980

	Fluxo de caixa das atividades de investimento			Itens que não afetam o caixa		2017
	2016	adições	baixas	amortização	Juros capitalizados	
Ativo intangível	1.545.416	55.524	(2)	(64.617)	36.711	1.573.032

24 Cobertura de seguros

Conforme definido no contrato de concessão, cabe à Companhia manter em vigor as apólices de seguro necessárias, com o objetivo de garantir a efetiva cobertura dos riscos inerentes ao desenvolvimento das atividades abrangidas pela concessão, referentes a danos materiais, responsabilidade civil, lucros cessantes, cobertura da execução das obras do Programa de Recuperação de Material Rodante e do Programa de Serviços e Obras e seguros obrigatórios contra acidentes de trabalho de seus próprios empregados ou de suas subcontratadas.

A administração da Companhia entende que o montante segurado é suficiente para cobrir todos os riscos eventualmente existentes.

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia possuía as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros.

SuperVia Concessionária de Transporte Ferroviário S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Ramos	Importâncias seguradas	Prazo de vencimento
Responsabilidade civil	75.000	04/09/2019
Risco Operação	250.000	04/09/2019
Responsabilidade civil/diret./acionistas	30.000	04/07/2019

Não é parte do escopo do auditor independente a avaliação da adequação das coberturas de seguros contratados pela Administração da Companhia.

25 Eventos Subsequentes

O acionista controlador da SuperVia está em processo avançado de negociação para a venda da Companhia.

* * *